Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
Vol. 2, n. 1, jan-ago. 2016
Missões

Quem são os líderes? Fragmentação partidária e a liderança de governo na democracia brasileira recente (1995-2016)

Who are the leaders? Party Fragmentation and Government Leadership in Recent Brazilian Democracy (1995-2016)

Bruno Marques Schaefer[1]
Tiago Alexandre Leme Barbosa[2]

Resumo: O trabalho analisa a carreira dos parlamentares nomeados para os cargos de Líder e Vice-Líder de governo na Câmara Federal, entre os anos de 1995 até 2016. Por meio da análise da biografia coletiva dos parlamentares nomeados no período, são investigados dois aspectos das carreiras: a expertise e credibilidade. Os dados da pesquisa foram coletados no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) e os nomes dos parlamentares fornecidos pela Câmara Federal. A nossa hipótese sobre o perfil dos nomeados se vincula a dois pontos. Primeiramente, que os partidos políticos desses parlamentares eram oriundos da base do Executivo Federal. A segunda hipótese, era de que esses deputados federais possuíam uma carreira extensa. Os nossos dados confirmaram que as variações na fragmentação da Câmara implicaram no aumento da representação dos partidos da base entre os nomeados para o cargo, bem como a presença de nomeados com uma carreira política extensa.

Palavras-chave: Deputados Federais; Líderes de Governo; Elites Políticas.

Abstract: The paper analyzes the career of the parliamentarians appointed to the positions of Leader and Vice-Leader of government in the Federal Chamber between 1995 and 2016. Through analysis of the collective biography of the parliamentarians designated in this period, two aspects of careers are investigated: The expertise and credibility. The research data were collected in the Brazilian Biographical Historical Dictionary (DHBB) and the names of the parliamentarians provided by the Federal Chamber. Our hypothesis on the profile of nominees is linked to two points. First, that the political parties of these parliamentarians came from the base of the Federal Executive. The second hypothesis was that these federal deputies had a long career. Our data have confirmed that variations in House fragmentation have led to increased representation of the coalition parties among those nominated for the post as well as the presence of nominees with an extensive political career.

Key Words: Federal Deputies; Government Leaders; Political Elites.

Introdução

[1] Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS), bolsista CNPq. E-mail: brunomschaefer@gmail.com
[2] Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS), bolsista Capes. E-mail: tiagoalexandrel@gmail.com

No início de maio de 2016, com o afastamento provisório da então presidente Dilma Rousseff, Michel Temer, seu vice, assumiu o controle do Executivo nacional. Em seus primeiros atos, o interino promulgou a Medida Provisória 726[3], que alterou a composição ministerial do governo, e deu indicativos de uma agenda de reformas que necessitariam ser aprovada com urgência pelas duas casas do Congresso Nacional[4]. Para isso, Temer dependeria de uma articulação bastante "azeitada" no Legislativo, em ambas as Casas. Ao fim do mesmo mês, no entanto, a base do governo na Câmara dos Deputados sofria os primeiros rachas, deflagrados na disputa por um cargo pouco abordado tanto pela Academia quanto pelos debates na esfera pública, qual seja: a liderança de governo. Desde que Temer assumiu interinamente, até a escolha de André Moura (PSC-SE)[5] para a vaga de líder, o governo ameaçou cindir em vários momentos entre dois grupos: aquele apelidado de "Centrão" pela mídia, e controlado pelo então presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ); e aquele formado pelos partidos "clássicos" de oposição aos governos do PT: PSDB, DEM e PPS[6]. Enquanto o primeiro saiu vitorioso, com a indicação de Moura, o segundo apoiou o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que foi derrotado, mas conquistou a presidência da Câmara cerca de dois meses depois.

Esse breve relato dos recentes acontecimentos ocorridos dentro da Câmara Federal, levantam ao menos duas questões, que estão interligadas: i) quem são os Líderes de Governo? ii) quais são os predicados políticos que esses parlamentares possuem?

A Câmara Federal tem sido objeto de estudo por uma vasta literatura que vem tentado identificar as variáveis que explicariam o sucesso dos candidatos ao cargo, como os trabalhos de Perissinotto & Bolognesi (2010), Perissinotto & Miríade (2006), além dos trabalhos que apresentaram resultados sobre o perfil dos eleitos: Marenco dos Santos (1997), Rodrigues (2002, 2006, 2014), por exemplo. Especificamente sobre cargos estratégicos do processo legislativo, alguns poucos trabalhos foram produzidos como os textos de Messember (2008) e Silva Jr *et el* (2013). Os cargos de Líder e Vice-Líder de governo permanecem ainda pouco explorados pela literatura, a despeito do seu reconhecido papel no legislativo federal (AMORIM NETO, 2000; SANTOS, HIGGINS & RESENDE, 2016).

[3] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm, acesso em 25 de outubro de 2016.
[4] Como havia sido exposta na "Ponte Para o Futuro", programa econômico do PMDB, esta agenda estaria centrada nas reformas trabalhista e da previdência, bem como pela proposição do congelamento de investimentos públicos, por meio de Proposta de Emenda a Constituição.
[5] http://www.dw.com/pt-br/andr%C3%A9-moura-%C3%A9-o-novo-l%C3%ADder-do-governo-na-c%C3%A2mara-dos-deputados/a-19266949, acesso em 25 de outubro de 2016.
[6] http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/10/disputa-entre-maia-e-lider-do-governo-acende-alerta-do-planalto-7782520.html, acesso em 25 de outubro de 2016.

Assim, nesse trabalho, analisamos o recrutamento de atores que ocupam cargos-chave dentro da Câmara de Deputados no Brasil: os líderes e vice-líderes de Governo. Estes são escolhidos pela própria Presidência, "corporificando", de certa maneira, o Executivo no interior do Legislativo. Buscamos verificar o perfil destas lideranças e suas trajetórias políticas, no sentido de entender se há um traço comum dentre estes nomes. Analisamos 70 nomeações a este cargo no período de 1995 até 2016; e, em uma perspectiva diacrônica, buscamos perceber as diferenças entre os parlamentares escolhidos ao longo das trocas de governo e mudanças de coalizões.

Para tal tarefa, partimos, primeiramente, de dados disponibilizados pela Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados (no sentido de sistematização dos nomes que ocuparam os cargos), de dados biográficos publicados pelo DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro), bem como de dados eleitorais provindos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A hipótese desse trabalho é de que dois conjuntos de variáveis explicam o perfil dos nomeados para os cargos de Líder e Vice-Líder de Governo. A primeira variável diz respeito ao próprio resultado das eleições federais e ao sistema de governo brasil: i) a variação na fragmentação partidária, medida pelo número de partidos na Câmara Federal e na base do Executivo Federal, determinaria a necessidade de representar nesses cargos os partidos políticos aliados. A segunda variável independente diz respeito ao próprio perfil político dos deputados federais nomeados: ii) o perfil de carreira destes parlamentares é bastante semelhante: são parlamentares com *expertise política*. Essas duas variáveis tomadas em conjunto, explicariam o perfil dos nomeados (variável dependente).

O texto está divido em quatro seções. Na primeira seção são revisadas as literatura sobre a governabilidade no país bem como os textos que trataram sobre a importância dos Líderes no processo legislativo. Na sequência, apresentamos os procedimentos da construção da pesquisa. A terceira parte discute os resultados do trabalho, em duas partes. Por último, as considerações finais retomam os principais achados desse estudo.

1. A câmara federal e o debate sobre a governabilidade

No Brasil, os estudos que tratam das relações Executivo e Legislativo, em nível federal, tratam de enfatizar a preponderância do primeiro sobre o segundo. Nesta perspectiva, com a Constituição de 1988, os presidentes mantiveram, do Regime Militar, poderes legislativos importantes, tais como: iniciativa orçamentária (LIMONGI &

FIGUEIREDO, 1998), possibilidade de editar medidas provisórias (AMORIM NETO, 2000), bem como o controle da distribuição de outros recursos importantes, por exemplo, emendas parlamentares e cargos nas distintas burocracias estatais. No entanto, ao mesmo tempo em que os presidentes possuem um portfólio de ações possíveis em relação ao Legislativo, as características do sistema partidário levam os mesmos a necessidade de comporem coalizões, dado que o partido do presidente não obtém maioria no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado (ABRANCHES, 1988; LIMONGI & FIGUEIREDO, 1998). Neste sentido, apesar das regras estarem ao lado do presidente, o mesmo deve se valer de estratégias para compor e controlar sua base para que consiga coordenar sua agenda no Legislativo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999).

Os custos da governabilidade, desta forma, são abordados a partir de distintas perspectivas teóricas e com distintos objetos, ora enfocando somente no Legislativo, ora somente no Executivo, ou no processo relacional de ambos. Os estudos que tratam do Legislativo no Brasil podem ser divididos, segundo Peres & Carvalho (2012), em duas abordagens majoritárias: a distributivista e a partidária. Enquanto a primeira ressaltou aspectos personalistas do funcionamento do Legislativo brasileiro (MAINWARING,1996; AMES, 2003; SAMUELS, 2000a; 2000b); a segunda defendeu que as regras internas do processo decisório do Legislativo levaram a centralidade das ações nas figuras dos líderes (partidários, de governo e minoria), bem como na Mesa Diretora das respectivas Casas (Câmara dos Deputados e Senado) (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995). O argumento, neste sentido, confere sentido a governabilidade: para os primeiros autores mesmo que o presidente possua recursos legislativos importantes estes seriam diluídos em um Congresso personalista e caótico; para os segundos o presidente conseguiria coordenar os trabalhos a partir de uma estrutura centralizada.

Os trabalhos que enfocam o Executivo destacam os recursos disponíveis e como eles seriam utilizados. Santos & Canello (2015), em trabalho recente, propõem que a estratégia inicial dos presidentes (desde FHC) é a distribuição de cargos nos ministérios para os partidos da coalizão, conferindo taxa de coalescência ao governo (AMORIM NETO, 2000), e, em momentos de fragilidade ("*lame duck*"), a distribuição de emendas parlamentares. Pereira, Bertholini & Raile (2016), seguem o raciocínio, destacando, no entanto, que os custos de governabilidade aumentam na medida em que há disparidade ideológica entre o partido do presidente e a média dos partidos representados no Congresso. Outros estudos enfocam em órgãos específicos de coordenação política governamental, como a Casa Civil (LAMEIRÃO, 2015), por exemplo. As distintas perspectivas teóricas,

neste sentido, divergem acerca do grau de autonomia do presidente em relação ao Legislativo e a eficácia das distintas estratégias. Almeida (2016), por exemplo, destaca que a taxa de sucesso dos presidentes é muito menor do que o foi apregoado em trabalhos anteriores.

Estas abordagens, apesar dos distintos resultados que chegaram, prenderam-se, quase que exclusivamente, nos cânones do paradigma neoinstitucionalista (LIMONGI, 1994). Desta forma, foram consideradas na análise as regras dos processos decisórios na relação Executivo e Legislativo, desconsiderando, salvo exceções recentes (PEREIRA, BERTHOLINI & RAILE, 2016), a variação das estratégias das lideranças políticas, tanto presidentes quanto atores-chave no processo legislativo.

Essa breve revisão da literatura sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo sinaliza para o papel que o Legislativo, que pode ser analisado a partir das suas regras, dos partidos políticos atuando no seu interior, e também, pelo próprio papel daqueles que ocupam postos chaves para a governabilidade do país. Na seção seguinte, apresentamos algumas das atribuições que os Líderes e Vice-Líderes possuem na Casa.

1.1 O papel dos líderes no legislativo

Apesar dos diversos trabalhos sobre o processo legislativo na Câmara dos Deputados darem ênfase ao papel do Colégio de Líderes e a centralização das decisões, são raros os trabalhos que tratam de investigar quem são os líderes que compõem o colegiado, como são escolhidos e quais são os recursos mobilizados por esses legisladores.

Ao fim da Constituinte (1986-1988), o processo legislativo no Brasil se tornou muito mais centralizado. Como forma de dar inteligibilidade e maior racionalidade a formulação de agendas no Legislativo brasileiro, em especial na Câmara dos Deputados, foi institucionalizado o Colégio de Líderes. Este, na prática, concentrou diversos poderes e passou a definir a pauta de votações, sendo o lócus de decisão tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado.

No caso da Câmara, o Colégio é composto pelo presidente da Casa, os líderes partidários (dos partidos com representação de cinco deputados ou mais), o líder do governo (ou maioria), e o líder da oposição (ou minoria). Nas reuniões do colegiado são definidas a pauta de votações da semana e outras decisões importantes são tomadas.

Os líderes, afinal de contas, têm assento no Colégio de Líderes, definem pautas, possuem atribuições regimentais que podem alterar a ordem do dia e indicam membros do

partido para as respectivas comissões temáticas (MULLER, 2005). O centralismo da posição de liderança também impacta no processo de lobby no Congresso, afinal, empresas e grupos de interesse podem abordar os líderes partidários e não os parlamentares individualmente (MANCUSO, 2004).

A liderança de governo, neste sentido, constitui um importante recurso de interlocução entre o Legislativo e o Executivo. Esta é composta por um líder e, até, cinco vice-líderes[7]. A escolha destes representantes é feita pela Presidência da República. O líder do governo orienta os partidos da base em votações, possui assento no Colégio de Líderes (poder de fala, mas não poder de voto), e goza de várias atribuições regimentais (MIRANDA, 2010), que podem, inclusive, alterar a ordem do dia e o rito das votações no plenário (LEMES, 2012).

Os líderes partidários tratam de manter a disciplina de seus correligionários, enquanto os líderes e vice-líderes de governo devem negociar com os partidos da coalizão presidencial e "corporificar" o Executivo no interior do Legislativo[8]. Como o partido do presidente, geralmente, não possui a maioria dos assentos da Câmara dos Deputados, e do Senado, o trabalho da liderança se torna complexo. São necessárias, desta forma, conversas com as lideranças dos partidos da base e a representação do governo nas votações[9].

3. O desenho da pesquisa

Com essa breve revisão sobre a governabilidade e o papel dos líderes ficou evidenciado a importância desses postos no legislativo brasileiro. Apesar da centralidade do cargo, a literatura dedicou poucos esforços para o entendimento de quem foram esses atores. Assim, a nossa questão central foi saber: Quem foram os Líderes e Vice-Líderes de Governo no Brasil? A questão se relaciona a pelo menos outras duas: Quais recursos são necessários para alcançar o posto? Quais variáveis explicam as nomeações para o cargo?

[7] Regimento Interno da Câmara dos Deputados: "Art. 11. O Presidente da República poderá indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo, composta de Líder e cinco Vice-Líderes".

[8] É importante ressaltar também o outro nome "formal" da liderança de governo, qual seja: a liderança da maioria. Neste sentido, o próprio regimento da Casa pressupõe que o governo, via de regra, possui a maioria das cadeiras. É interessante comparar o mesmo cargo no regime presidencialista dos EUA. Na Casa dos Representantes, o líder da maioria é o líder escolhido pelos parlamentares do partido majoritário. O grau de autonomia do Legislativo, neste sentido, prevê que, dependendo do resultado das eleições, o partido oposicionista do presidente pode ser o líder da maioria e mesmo que o partido do presidente seja majoritário, este não tem controle sobre a escolha dos parlamentares.

[9] Em trabalho recente, Santos, Higgins & Resende (2016), aplicaram um survey com diversos atores que praticam lobby no interior da Câmara dos Deputados. Quando perguntados qual era o principal ator para articulação, o líder de governo aparece em primeiro lugar.

Para resolução desse problema, foi realizada uma prosopografia (STONE, 2011), com o intuito de identificar as regularidades nas biografias dos nomeados. Além disso, foram coletados os dados dos partidos representados na Câmara Federal, dada a necessidade, no presidencialismo brasileiro, da formação de coalizões partidárias para o exercício do governo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999).

Ao longo do texto, trabalhamos com as nomeações realizadas pelos presidentes da república. Os parlamentares são contabilizados de acordo com o número de vezes que foram nomeados, isso se deve pelo interesse em identificar as mudanças entre Legislaturas e as escolhas nos distintos governos. Logo, se um parlamentar é escolhido novamente, é interessante observar se a escolha do presidente se mantém. Os dados com os nomes dos deputados federais foram fornecidos pela Secretaria Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (SGM) e as informações biográficas foram coletadas no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB).

Assim, a nossa variável dependente foi o perfil das nomeações, que nesse trabalho foi explicada por dois conjuntos de variáveis. A primeira, a fragmentação da Câmara e a segunda a experiência política dos nomeados. Nas próximas seções, apresentamos os resultados sobre as variações na fragmentação partidária na casa, e os resultados sobre o perfil dos nomeados em conjunto com uma tentativa de transformar os dados sobre a carreira política em uma aproximação (*índice - proxy)* de duas características que seriam condições necessárias para nomeação: expertise e credibilidade.

4. Coalizões de governo e fragmentação partidária

Durante o período que analisamos nessa pesquisa, foram eleitos três presidentes: Fernando Henrique Cardoso[10] (1995-2002) Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) Dilma Rousseff (2010-2016). Nesses mais de vinte anos que compreendem o recorte temporal da pesquisa, foram 70 nomeações para o cargo de Líder e Vice-Líder de Governo.

O primeiro dado sobre os presidentes do período diz respeito a rotação de parlamentares nomeados ao longo dos governos. Como os mandatos dos líderes e vice-líderes não são fixos e o presidente pode nomear, regimentalmente, até seis parlamentares, é

[10] Ao longo do texto utilizamos as abreviações: FHC 1 (período que compreende a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 até 1998), FHC 2 (período que abarca o segundo mandato de 1999 a 2002); Lula 1 (período que compreende a primeira eleição Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 até 2006), Lula 2 (de 2007 até 2010) Dilma 1 (Se refere ao primeiro mandato de Dilma Rousseff, de 2011-até 2014) e Dilma 2 (2015 até 2016).

interessante notar que há distinções no número de nomeações. O governo Dilma II, apesar de seu curto período (pouco mais de um ano), pode ser considerado como o de maior rotação.

Tabela 1- Número de nomeações de Líder e Vice-Líder de Governo (1995-2016)

	FHC I	FHC II	LULA I	LULA II	DILMA I	DILMA II
Líder	4	1	4	2	2	2
Vice-Líder	11	9	4	9	9	13
Total (*n*)	15	10	8	11	11	15

Fonte: SGM.

Apesar da quantidade de nomeações ser semelhante entre os vários governos, a observação da fragmentação partidária dentro da Câmara dos Deputados, indica que durante os três governos eleitos (e Legislaturas correspondentes), ocorreram mudanças importantes no sistema partidário do país e mesmo dentro da representação da Casa, o que por sua vez influiu no tamanho das coalizões. Durante as últimas eleições, a fragmentação partidária em ambas as casas legislativas, mas especificamente na Câmara dos Deputados, também levou a mudanças estratégicas. Os presidentes, com coalizões mais porosas, tiveram que distribuir os cargos da liderança de maneira mais diluída. O mesmo raciocínio se encaixa na distribuição de cargos nas distintas burocracias federais. A taxa de coalescência, desenvolvida por Amorim Neto (2000), dá conta deste processo, ao contabilizar como se dá a distribuição de pastas ministeriais aos distintos partidos da base. O que fica encoberto, no entanto, é que, além da arena governamental, o Executivo precisa de uma articulação intralegislativa, com a ocupação de postos importantes para a lógica do processo legislativo (SANTOS & CANELLO, 2015). O número de partidos da base de sustentação deveria, ao menos em tese, estar representado na liderança de governo, uma espécie de coalescência parlamentar.

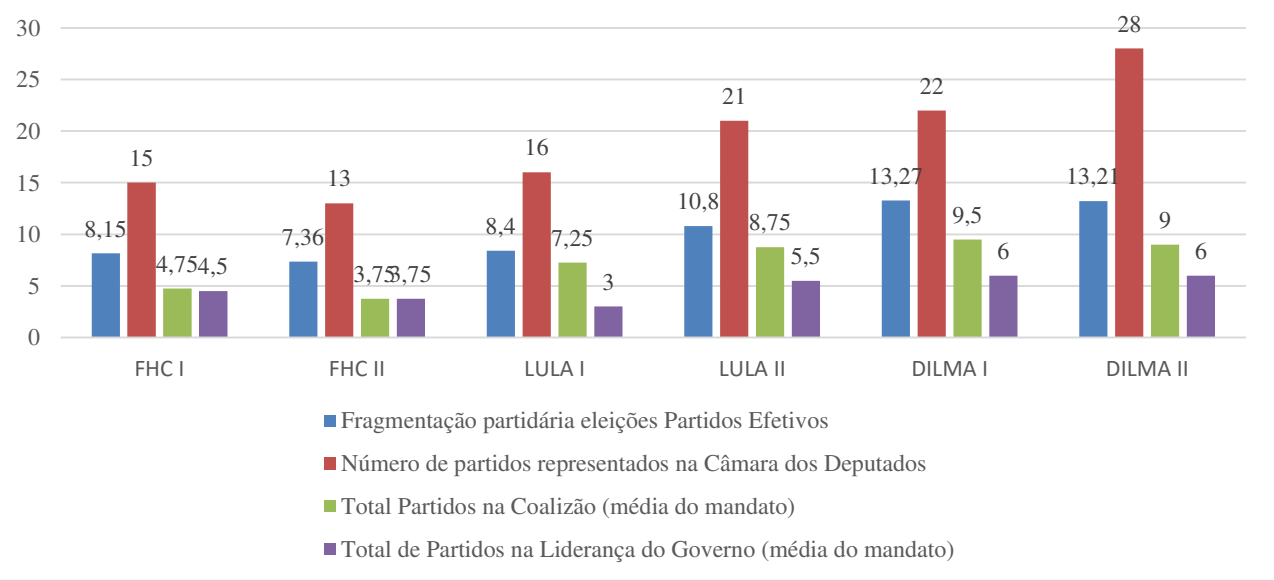
O grau de fragmentação partidária na Câmara dos Deputados pode ser observado a partir de dois indicadores: o número de partidos com representação na Casa, bem como o cálculo, desenvolvido por Laakso & Taagepera (1979), do número de partidos efetivos, ou seja, com representação maior. Neste sentido, podemos observar que há um aumento dos dois níveis (Gráfico 1). O número de partidos representados oscilou, do primeiro governo FHC até o segundo governo Dilma, de 15 para 28 partidos. Quanto à fragmentação efetiva, considerando os dois pontos, observamos que em 1994 haviam 8,15 partidos efetivos e em 2014 13,27. Este aumento eleva, em tese, o grau de negociação entre os poderes (PEREIRA, BERTHOLINI & RAILE, 2016).

Como estratégia de composição, os governos incluíram, sistematicamente, mais partidos na coalizão, oscilando de uma média de 4,75 em FHC I para 9 em Dilma II. Essa

média é calculada a partir dos distintos partidos que entraram e saíram da base ao longo dos quatro anos do mandato.

Quanto ao nosso objeto específico, a liderança de governo, podemos observar que houve não necessariamente um aumento, mais uma oscilação entre o número de partidos representados na liderança ao longo dos governos. Enquanto com FHC houve a simultaneidade de partidos na coalizão e partidos na liderança, em Lula e Dilma há um *gap* entre as duas instâncias. Em seu primeiro governo, Lula manteve em média três partidos com representação na liderança, enquanto a coalizão era relativamente maior. No seu segundo governo, e com Dilma, há uma tentativa de representação que chega ao limite. Como há, em princípio, apenas seis cargos a serem distribuídos, os governos petistas chegaram a este limite, enquanto a coalizão aumentou de forma mais acentuada.

Gráfico 1- Fragmentação partidária (coalizões, coligações, liderança de governo) (1995-2016):



Fonte: TSE; Secretária Geral da Mesa (Câmara dos Deputados); Inacio & Rezende (2015).

Além do aumento quantitativo geral, e descontínuo, o leque "ideológico" da coalizão também se ampliou. Enquanto FHC governou, basicamente, com uma chapa de liderança situada na centro-direita, com PMDB, PPB (atual PP) e PFL (atual DEM), além do seu partido PSDB, Lula e o PT apostaram em uma coalizão ideologicamente mais heterogênea[11]. Abrindo espaço para, além dos partidos de esquerda (PT, PCdoB e PSB, até 2013), partidos de centro (PMDB, PR e outros), e de direita (PP, PTB e, posteriormente, PRB).

[11] Partimos da classificação ideológica proposta, em trabalho recente, por Codato, Bolognesi & Roeder (2015). Apesar da proposta dos autores ser a análise acerca das novas agremiações partidárias de direita, os mesmos estabelecem um quadro ideológico geral dos partidos brasileiros.

Assim, esses dados sobre a fragmentação partidária indicaram que o tamanho da base do governo tende a influenciar na representação dos nomeados. Em outras palavras, a participação do parlamentar na base do governo, tende a ser um pré-requisito para nomeação aos cargos de Líder e Vice-Líder.

Os dados confirmam a nossa hipótese sobre a influência do tamanho da base e o número de nomeações. Note-se que o aumento na fragmentação é acompanhado por um aumento no número de partidos nomeados ao cargo. Além disso, isso também indica que dada a fragmentação partidária, os presidentes tiveram que tecer escolhas possíveis, em um ambiente complexo, composto por atores com múltiplas preferências (OSTROM, 2007). No sentido de garantir governabilidade (HUNTER, 2010), o PT teve que alterar estratégias de relacionamento com o Legislativo. De uma liderança "confiável" de esquerda, passa a compor com uma variedade de partidos principalmente em sua representação no Legislativo.

5. Carreira política: expertise e credibilidade da liderança

Depois de confirmarmos as variações entre os presidentes e suas escolhas para as chapas de liderança de governo, ao nível dos partidos, partimos para o nível de carreira política dos parlamentares, no sentido de entender quem são estes líderes e vice-líderes. Verificamos nosso segundo problema, se os parlamentares possuem *expertise política.* Na seção abaixo, apresentamos por meio de estatística descritiva a experiência política pregressa desses deputados federais.

Como lembramos anteriormente, algumas tentativas foram realizadas na literatura com o intuito de se identificar o perfil daqueles que ocupam postos chaves na Câmara Federal, como os trabalhos de Messemberg (2008), Silva Jr *et al* (2013). Mesmo com objetos diferentes, o esquema metodológico proposto por Silva Jr *et al* (2013) nos parece útil para construção de um índice que mensure a trajetória dos líderes, e vice-líderes, de governo, na medida em que as características desse cargo se assemelham à dos cargos investigados pelos citados pesquisadores.

Apresentando primeiramente as estatísticas descritivas dos nomeados, o modelo de organização dos dados é semelhante ao proposto por Silva *et al* (2013). A ideia consiste em dois tipos de características que seriam necessárias aos cargos *expertise* e credibilidade, como citado acima.

A primeira dimensão, a *expertise*, estaria relacionada ao conhecimento do próprio Legislativo Federal. Alguns autores como (SANTOS, 2003) argumentam que o legislativo

brasileiro seria um dos mais complexos da América Latina. Nesse caso, o conhecimento das regras, do regulamento e dos procedimentos formais e informais do Legislativo seria um dos pré-requisitos necessários para representar o Executivo na Câmara.

A dimensão da experiência política aqui, é formada por cinco aspectos da carreira parlamentar. O primeiro ponto, diz respeito a ocupação de cargos na Mesa Diretora. É licito supor que os cargos da Mesa Diretora: Presidente, Vice-Presidentes e Secretários propiciam ao parlamentar não somente influência no legislativo, mas também o conhecimento da estrutura da Casa. No mesmo sentido, ter sido presidente de comissão permanente aumentaria o conhecimento dos meandros da casa.

Os outros aspectos da experiência política estão mais relacionados com a inserção do deputado no mundo político. São eles o tempo de carreira, experiência em outros cargos legislativos e número de mandatos na Câmara. O tempo de carreira, que na literatura é tratado como um cálculo entre o ano de conquista do primeiro cargo político (o *debut)* até o cargo em questão. Por exemplo, se o primeiro cargo político tivesse sido conquistado em 1980 e o parlamentar tiver sido nomeado para o cargo de Líder em 1995, teríamos nesse caso um legislador com experiência de 15 anos no mundo político. O pressuposto é que uma carreira extensa denota inserção nos centros de decisão, ou seja, *outsiders* não conseguem chegar aos postos de comando[12].

Da mesma forma, as informações sobre a quantidade de mandatos na Câmara Federal e a passagem pelos cargos legislativos seriam indicativos da experiência política. Primeiramente, a quantidade de mandatos na Casa aumentaria o conhecimento do parlamentar, pelo tempo decorrido. A presença em outros cargos legislativos propiciaria conhecimentos que poderiam ser convertidos na Câmara Federal, como o conhecimento da elaboração de leis, da relação entre Legislativo e Executivo, teoricamente, isso propiciaria as noções do funcionamento do próprio mundo político.

Observando esses cinco aspectos da dimensão relativa a experiência política dos nomeados, fica evidentemente as alterações ao longo do tempo, bem como a ausência de determinados aspectos na carreira dos parlamentares, em especial a participação nos cargos da Mesa Diretora. No primeiro governo FHC, apenas um dos líderes escolhidos havia ocupado cargo na Mesa Diretora da Câmara (Luis Eduardo Magalhães havia sido presidente da Casa entre 1995 e 1997), ou seja, do total de 15 líderes, 6,67% realizava esta condição.

[12] Os dados são apresentados na categoria "Carreira Longa". Essa informação foi composta calculando a mediana entre todos os nomeados, classificando como carreira longa aqueles que tinham tempo superior ao da mediana que foi de 19 anos.

Outras distinções entre os governos podem ser observadas na tabela 3. Nos dois governos Dilma, a presidente escolheu, para compor sua chapa de liderança, parlamentares que haviam cumprido funções na Mesa Diretora da Casa, anteriormente, e que foram presidentes de comissões permanentes. Dos 15 escolhidos em seu segundo governo, por exemplo, seis foram presidentes de comissões.

Tabela 2: Experiência política dos Líderes e Vice-Líderes de Governo (1995-2016) (%)

	FHC I	FHC II	LULA I	LULA II	DILMA I	DILMA II	Média da Amostra
Membro da Mesa Diretora	6,67	0,00	0,00	0,00	18,18	20,00	8,57
Experiência em outros cargos Legislativos	46,67	30,00	100,00	90,91	54,55	80,00	65,71
Presidência de Comissão Permanente	26,67	40,00	25,00	18,18	36,36	40,00	37,14
Mais de dois mandatos	33,33	30,00	62,50	63,64	63,64	80,00	55,71
Carreira Longa	66,67	60,00	37,50	54,55	54,55	33,33	51,43

Fonte: DHBB; SGM.

Os dados acima também indicam a predominância de dois traços comuns entre os nomeados: a presença em mais de um mandato na Câmara Federal e a experiência em outros cargos legislativos. No caso dos deputados com mais de dois mandatos no cargo, as nomeações de Fernando Henrique Cardoso foram as que menos levaram em conta esse critério, chegando no máximo a 33,33% dos nomeados. Já a participação entre outros cargos legislativos, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, os dados revelam os mandatos do Ex-Presidente Lula, como o formado por líderes em que esse foi um dos pré-requisitos: 100% no primeiro mandato e 90,91% no segundo.

A segunda dimensão que Silva *et al* (2013) utilizam diz respeito a credibilidade dos parlamentares. Essa dimensão é igualmente formada por cinco aspectos: i) participação na direção partidária; ii) ter sido líder partidário na Câmara; iii) tempo de filiação alta; iv) lealdade partidária e v) migração partidária.

Em relação ao primeiro ponto, esperava-se que o número de parlamentares escolhidos pelos presidentes para a liderança que já houvessem ocupado cargos de direção nos partidos fosse 100%, visto que a maior parte dos estatutos garante assento nas Executivas para os parlamentares. Como maneira de tratarmos os dados de forma mais acurada, contabilizamos somente os deputados que ocuparam cargos de relevância nas Executivas

(Secretário-Geral, Presidente ou Vice-Presidente), nas três instâncias federativas. A importância teórica em se considerar esse aspecto diz respeito aos recursos provenientes desses cargos, como afirmam Guarnieri (2011), Ribeiro (2014) Bourdieu (2011), Freire (2002).

Já a participação como líder partidário na Câmara Federal seria um indicativo de que o Líder ocupa, no mesmo sentido da direção partidária, papel de destaque dentro do seu partido. Isso se deve ao fato da importância desse cargo. Em relação ao tempo de filiação, lealdade e migração, os indicadores buscam mensurar o quão fiel é o parlamentar em relação ao partido. Carreiras longas dentro da mesma organização denotam um perfil de agente partidário, ligado aos recursos coletivos que a organização mesma proporciona (PANEBIANDO, 2005), em oposição aos recursos individuais.

Observando os dados desagregados, observa-se que os parlamentares escolhidos nos distintos governos foram, antes de ingressar na chapa da liderança, dirigentes dos seus respectivos partidos. Nos governos FHC, como podemos observar (Tabela 2). No primeiro governo Lula, no entanto, os parlamentares escolhidos foram, de modo geral, muito ligados aos seus respectivos partidos. Como apontamos na sessão anterior, Lula centrou a liderança nos partidos de esquerda da coalizão (PT, PCdoB, PDT e PSB), que possuíram, de modo geral, perfil de maior tempo de carreira partidária (MARENCO DOS SANTOS & SERNA, 2007). Logo, todos os oito escolhidos foram dirigentes partidários, líderes na Câmara e estavam há bastante tempo filiados. A mudança de direção do governo em seu segundo mandato, no entanto, também é sentido pela alteração dos perfis dos escolhidos. A abertura da coalizão, e da liderança de governo respectivamente, marca a abertura para parlamentares não tão ligados aos seus partidos. Padrão que irá se repetir com Dilma.

Tabela 4- Credibilidade dos Líderes e Vice-Líderes de governo (1995-2016)

	FHC I	**FHC II**	**LULA I**	**LULA II**	**DILMA I**	**DILMA II**	**Média da Amostra**
Direção Partidária	80,00	90,00	100,00	100,00	100,00	66,67	81,43
Líder partidário na Câmara	20,00	10,00	100,00	54,55	45,45	33,33	30,00
Tempo de filiação partidária alta	6,67	10,00	100,00	36,36	45,45	60,00	41,43
Lealdade partidária alta	33,33	50,00	100,00	27,27	54,55	46,67	48,57
Migração	86,67	70,00	25,00	72,73	54,55	73,33	68,57

partidária

Fonte: DHBB; SGM.

As duas tabelas sintetizam os dados desagregados das variáveis por nós escolhidas. Posteriormente, trabalhamos com a construção dos respectivos índices, agregando os dados de forma quantitativa.

5.1 Tipos de liderança

A seção anterior apresentou os resultados da carreira dos parlamentares nomeados a partir da divisão utilizada por Silva *et al* (2013), com as dimensões de expertise e credibilidade. A partir de cinco critérios empíricos para cada uma dessas dimensões, o nosso objetivo foi construir uma aproximação dessas duas características da carreira dos deputados, criando assim um índice de credibilidade e expertise.

No quadro abaixo, indicamos os procedimentos realizados para construção desses dois indicadores. O objetivo é identificar no perfil dos nomeados a presença dessas duas dimensões e quantificar a presença desses aspectos. O modelo proposto, varia então de "0", quando o parlamentar não possuía nenhuma dessas características até 5 em cada dimensão, sendo o limite de 10 para os parlamentares que cumprissem os 10 critérios, o que na prática denotaria um deputado com ampla experiência política e credibilidade entre seus pares.

Quadro 1 – Modelo de análise de carreira dos Líderes e Vice-Líderes de Governo

Expertise		Credibilidade	
Variável	Categorização	Variável	Categorização
Participação na Mesa Diretora	"0" para não "1" para sim	Direção Partidária	"0" para não "1" para sim
Experiência em outros cargos	"0" para não "1" para sim	Líder Partidário na Câmara	"0" para não "1" para sim
Presidente de Comissão da Câmara	"0" para não "1" para sim	Tempo de Filiação	Mediana

Tempo de Carreira política	Mediana[13]	Lealdade Partidária	Mediana
Número de mandatos Câmara dos Deputados	Mediana	Migração Partidária	"0" para não "1" para sim

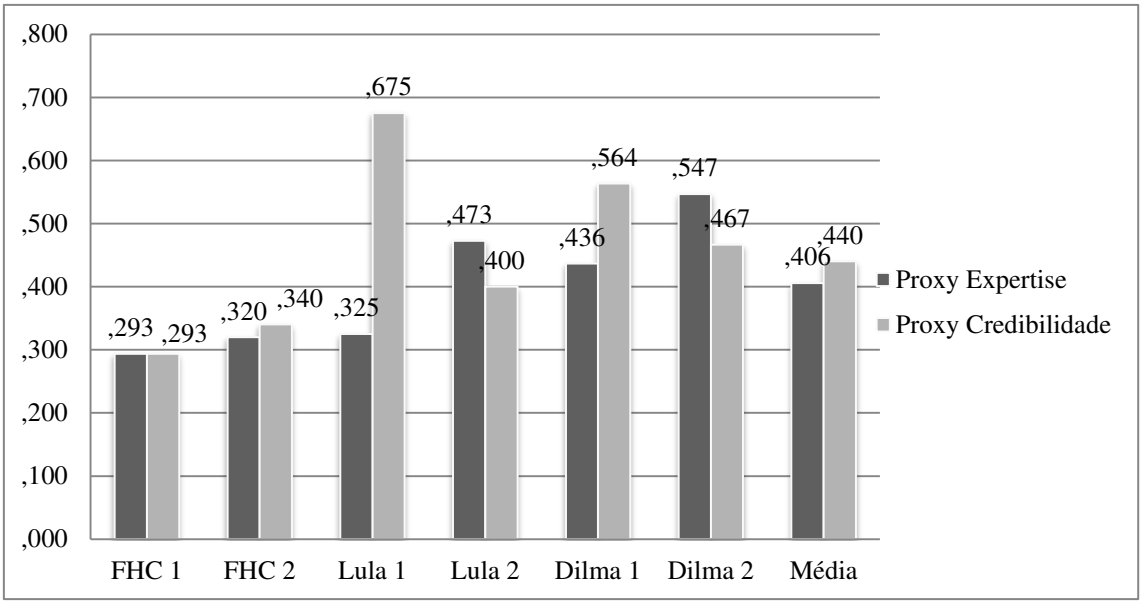
Fonte: Silva Jr et al (2013).

O quadro acima reproduz as informações que foram apresentadas nas duas tabelas anteriores. O procedimento apresentado na tabela, consistiu em transformar todas as variáveis em dicotômicas. Essas informações foram categorizadas com o código "1" para presença da característica em questão e "0" na ausência. As variáveis contínuas foram dicotomizadas para entrarem no cálculo do índice que, tanto para a expertise quanto para a credibilidade, varia entre 1 e 0. É importante ressaltar que tratamos os dados no conjunto do mandato presidencial, ou seja, a média considera todos os parlamentares escolhidos para as vagas de líder e vice-líder.

Como podemos observar no gráfico 2, a partir das médias dos índices (Proxy) dos parlamentares nomeados, há uma tendência de aumento da expertise e oscilação da credibilidade dos políticos nomeados. A partir das variáveis incluídas esta constatação indica o próprio aumento da profissionalização dos deputados federais, em nível geral, e em nível específico, dos parlamentares escolhidos para estes cargos. O perfil das chapas de FHC, em seus dois governos, foi de equilíbrio entre a credibilidade e expertise dos parlamentares escolhidos. A tendência dos governos petistas, no entanto, excetuando o curto segundo mandato de Dilma, foi privilegiar a credibilidade. Ou seja, parlamentares mais leais aos seus respectivos partidos e, no primeiro governo Lula, parlamentares leais a partidos de esquerda.

Gráfico 2: Credibilidade e Expertise das chapas de liderança (índice).

[13] Para categorizar variáveis contínuas em dicotômicas, classificamos as mesmas a partir de suas respectivas medianas. O 0 é a categorização dos valores que estão abaixo da mediana, e o 1 para os valores que estão acima. Esta estratégia é a mais comum para a elaboração de índices que levem em conta variáveis dicotômicas (RAMOS, 2014).

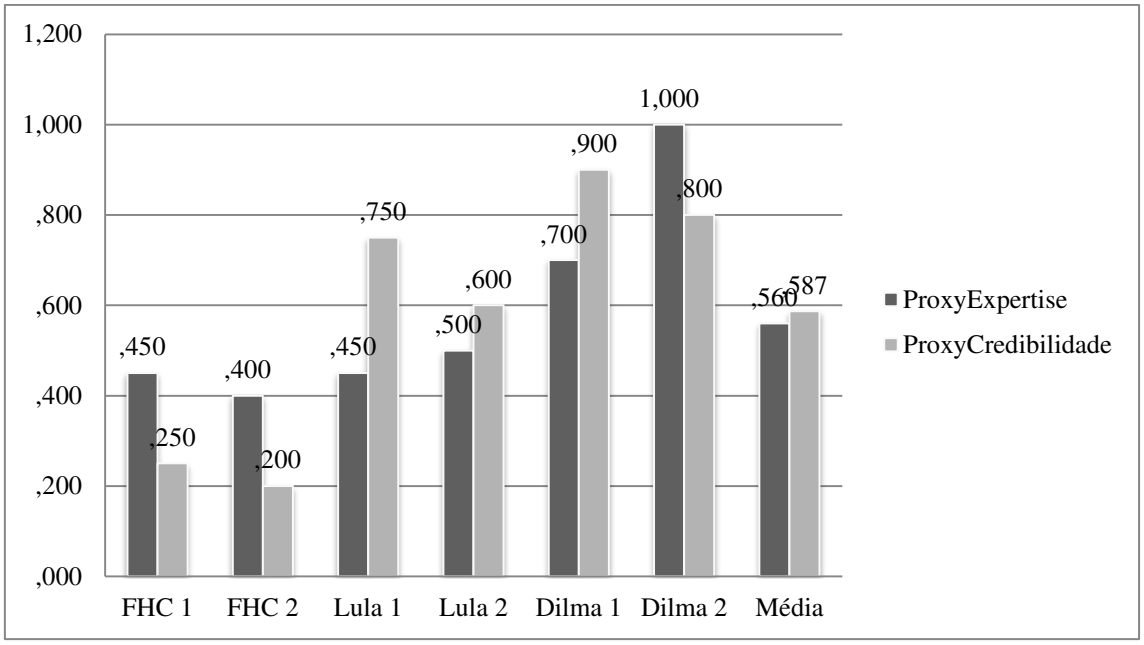


Fonte: DHBB; SGM.

Quando desagregamos os dados, dos 70 parlamentares que compõe nosso número total, para os 15 que foram nomeados, especificamente, para o cargo de líder de governo, a comparação entre os presidentes se mostra mais frutífera. Além do aumento da expertise dos políticos escolhidos (ou seja, os líderes são mais profissionais até que os seus colegas na chapa de liderança), a credibilidade é uma variável importante para explicar as escolhas dos líderes em governos petistas. Somente no Governo Dilma II que a expertise supera a credibilidade. Este achado corrobora a tese de Hunter (2010), quando analisam as nomeações ministeriais do primeiro governo Lula, além de outros autores que tratam especificamente do PT enquanto organização (RIBEIRO, 2010). Estes apontam que o partido, ao chegar ao poder, passou por um intenso processo de disputa interna, em que as várias tendências tiveram de ser acomodadas no governo. Estendendo o raciocínio para a formação das chapas de liderança, podemos ver que o partido privilegiou parlamentares fiéis aos seus partidos de origem[14], em geral, e ao PT, em particular, restringindo o espaço de negociação com outros partidos. O aumento da expertise, neste sentido, parece mais ser consequência do que causa das escolhas, dado que o partido deu preferência a suas hostes, na hora da escolha dos líderes, que se profissionalizaram ao longo do tempo (caso de Arlindo Chinaglia, Candido Vacarezza e Henrique Fontana).

Gráfico 3: Credibilidade e Expertise dos líderes (índice).

[14] Todos os escolhidos são da esquerda, mesmo aqueles que não eram filiados ao PT.



Fonte: DHBB; SGM.

Os parlamentares escolhidos para funções de comando na Câmara dos Deputados brasileira possuem um perfil diferenciado de seus colegas, no que concerne o conhecimento do processo legislativo (SILVA Jr. *et al*, 2013). Neste sentido, considerando a liderança de governo, podemos observar que, diacronicamente comparadas, as escolhas dos distintos presidentes também foram diferenciadas. Enquanto os governos petistas privilegiaram a credibilidade (lealdade) dos parlamentares no momento das escolhas, FHC apostou na expertise. Em níveis gerais, o aumento desta ao longo tempo denota, também, maior profissionalização dos parlamentares escolhidos. Raciocínio que poderia ser estendido a Câmara, como um todo, em outros estudos.

6. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi investigar o perfil dos parlamentares nomeados ao cargo de Líder e Vice-Líder. Dado a importância reconhecida da função pela literatura (AMORIM NETO, 2000), e a ausência de poucos estudos sobre os postos chave do Legislativo Federal, a nossa proposta foi contribuir para o entendimento do próprio funcionamento do legislativo, por meio da análise desses cargos.

A nossa hipótese era de que o perfil das nomeações era influenciado por dois conjuntos de variáveis: i) a fragmentação da Câmara e tamanho da base do Governo e ii) a experiência política que os deputados indicados para o cargo possuíam. Os dados do trabalho revelaram que os cargos analisados foram ocupados por políticos com longa experiência

política, assim como existe uma espécie de taxa de coalescência entre os partidos da base e os partidos representados na liderança de governo.

As interpretações sobre o legislativo federal, lembradas ao longo do texto, apresentavam dois diagnósticos distintos do processo legislativo, com os nossos dados, embora não possamos comprovar todos os aspectos desse conjunto de estudos, eles sinalizam que os postos chaves da Câmara Federal são ocupados por parlamentares que com *credibilidade* e *expertise*, o que sugere a institucionalização da própria Câmara dos Deputados.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro.** *Dados*, Rio de Janeiro, 1988, v. 31, n. 1, p. 5-38.

ABREU, A. A. de, Beloch, I., Lattman-Weltman, F., & Niemeyer, S. T. de (Eds.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio. **"Formação de Gabinetes Ministeriais no Brasil: Coalizão versus Cooptação".** *Nova Economia*, 1994, vol. 4, nº 1, pp. 9-34.

_____. **"Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil"**, 2000. *Dados*, vol. 43, nº 3, pp. 479-517.

ARAÚJO, C., 2005. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. *Revista de Sociologia e Política*, (24), pp.193–215.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Político.** ***Revista Brasileira de Ciência Política***, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRIADE, Angel. **Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006**. *Rev. bras. Ci. Soc.,* São Paulo , v. 24, n. 70, Junho 2009.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. **Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico**. Opin. Publica, Campinas , v. 20, n. 3, p. 346-362, dez. 2014.

CORADINI, Odaci Luiz. **Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais.** *Rev. Sociol. Polit., Curitiba* , v. 20, n. 41, p. 109-122, Fev. 2012.

_____. **Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007.** *Revista Sociedade e Estado*, vol. 26, nº 01 Janeiro/Abril de 2011.

COSTA, L, D, ; BOLOGNESI, B ; CODATO, A . **O recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro.** In: CODATO, A; COSTA, D. L; MASSIMO, L (Org.). *Retratos da classe política brasileira: estudos de ciência política*. 1ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015, v. 1, p. 170-192.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. **A profissionalização ou popularização da classe política: um perfil dos senadores da República.** In: André Marenco. (Org.). *Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias.* 1ed.Porto Alegre: UFRGS, 2013, v. 1, p. 1-226.

COX, G. & MCCUBBINS, **M. *Legislative Leviathan*: Party Government in the House.** Berkeley: University of California, 1993.

DOGAN, M. **Les professions propices à la carrière politique.** Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (Ed.). *La profession politique*: XIXe-XXe siècles. Paris: Belin, 1999. pp. 171-199.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **"Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994".** *Dados*, 1995, 38 (3): 497-525.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. ***Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FREIRE, A. **A profissionalização política dos deputados portugueses.** *Sociologia*, v.12, p. 27-56, 2002.

HUNTER, Wendy. **The *Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989–2009***. Cambridge: University Press, 2010.

INACIO, Magna; REZENDE, Daniela. **Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas.** *Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, nº 2, agosto, 2015.

LAMEIRÃO, Camila. **A Casa Civil e a gestão da coordenação política governamental no presidencialismo de coalizão brasileiro, 1995-2010.** Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos, nº 4, FGV, 2015.

LEMES, Rosangela Auxiliadora Gonçalves. ***A Atuação Política da Liderança do Governo na Câmara dos Deputados*** **[manuscrito]** 2012.

LIMONGI, Fernando. **"O novo institutionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente".** *BIB,* 37: 3-38, 1994.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **"Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão"**. *Lua Nova*, nº 44, pp. 81-106, 1998.

MAINWARING, Scott. **Brasil. Partidos Débiles, Democracia Indolente.** In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina*. Santiago: CIEPLAN, 1996.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Introducción: Sistemas de Partidos en la América Latina.** In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina.* Santiago: CIEPLAN, 1996.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Nas Fronteiras do Campo Política: raposas e outsiders no Congresso Nacional.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*,V.12 n.33 São Paulo fev. 1997.

MIRANDA, Geralda Luiza de. **A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal**. *Rev. Sociol. Polit***.**, Curitiba , v. 18, n. 37, p. 201-225, Oct. 2010

NORRIS, Pippa.; LOVENDUSKI, Joni. **United Kingdom**, in: NORRIS, Pippa: *Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracie*s. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

OSTROM, E. **Institutional rational choice: An assessment of the Institutional Analysis and Development Framework**. In: *Theories of the Policy Process*, 2nd ed., P.A. Sabatier (ed.). Cambridge, MA: Westview Press, 2007.

PALERMO, Vicente.**"Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo"**. *Dados*, vol. 43, nº 3, pp. 521-557, 2000.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. **Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre poder Executivo e poder Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro.** *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.

PEREIRA, C.; BERTHOLINI, F.; RAILE, E. **All the President's Men and Women: Coalition Management Strategies and Governing Costs in a Multiparty Presidency.**

Volume 46, Issue 3
September 2016 Pages 550–568

PERES, Paulo. **As Abordagens Neo-Institucionais da Política: Uma Proposta Alternativa de Análise Classificatória.** *Revista Versões* - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSCar, 2008.

PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. **Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos**. *Rev. Sociol. Polit*., Curitiba , v. 20, n. 43, p. 81-106, Oct. 2012.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. **Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006).** *Brazilian Political Science Review* 4 (1), p. 10–32, 2010.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. **Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006.** *Dados*, Rio de Janeiro , v. 52, n. 2, Jun. 2009.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005.** São Carlos: EdUFScar, 2010.

_____. **Organização e Poder nos Partidos Brasileiros: uma análise dos estatutos.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.

RODRIGUES, Leôncio Martins. ***Pobres e Ricos na Luta pelo Poder: novas elites na política brasileira*.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

_____ ***Mudanças na classe política brasileira*.** São Paulo:Publifolha, 2006.

_____. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados.** São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, D. **The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil.** *The Journal of Politics*, Statesboro, v. 62, n. 1, p. 240-253, Feb. 2000a.

_____. **Concurrent Elections, Discordant Results: Presidentialism, Federalism, and Governance in Brazil**. *Comparative Politics*, New York, v. 33, n. 1, p. 1-20, Oct, 2000b.

SANTOS, Fabiano. ***O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*.** Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/IUPERJ, 2003.

SANTOS, Fabiano; CANELLO, Júlio. **Brazilian Congress, 2014 elections and governability challenges.** *Bras. Political Sci. Rev.*, São Paulo , v. 9, n. 1, p. 115-134, abril. 2015.

SANTOS, Manoel; HIGGINS, Silvio S.; RESENDE, Ciro Antônio da Silva. **O *lobby* dos grupos de interesses na Câmara dos Deputados: acesso e influência no sistema de comissões parlamentares: Um estudo exploratório neoestrutural.** *Trabalho apresentado no 40º Encontro Anual da Anpocs*, 2016.

SILVA JÚNIOR, J. A. ; FIGUEIREDO FILHO, D. B. ; PARANHOS, R. ; ROCHA, E. C. . **Quem controla o Legislativo? A ocupação de cargos de comando na Câmara dos Deputados.** *Paraná Eleitoral*, v. 2, p. 283-308-308, 2013.

STONE, Lawrence. **Prosopografia.** *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 19, n. 39, p. 115-137, Junho 2011 .